



Dr.ª Célia Craveiro

Presidente da Direção

Associação Portuguesa dos Nutricionistas (APN)

## Taxas e saúde: aliados?

Segundo o Eurostat, relativamente a dados do ano de 2014, apenas 9% do Produto Interno Bruto foi destinado à saúde em Portugal. Estes dados colocam-nos como um dos países da União Europeia que menos gasta em saúde, complementando-se ainda essa informação, com dados que refletem que a maior absorção destes gastos, em Portugal, é feita pelos hospitais. Nunca esquecendo a premissa que o modelo nacional de serviços em saúde é apoiado na participação do Estado.

Que reflexão podemos obter com esta informação? Estaremos nós a caminhar para um afastamento da prevenção e apenas agindo no tratamento/no imediato? Ou estamos longínquos da prevenção eficaz por nunca termos delineado estrategicamente?

Todos estes pensamentos e reflexões, recorrente e constantes, têm vindo a ser amplamente discutidos e avaliados, desde há muitos anos, pelos vários intervenientes da área da saúde e áreas adjacentes. Muitas das vezes, direcionando-se ações de forma concertada e entrosada entre os diferentes intervenientes da área da saúde, mas minimizando a influência do setor agroalimentar.

A corroborar estes indicadores económicos, temos variados dados, resultantes de diferentes estudos baseados em evidência científica, e mundialmente reconhecidos pelas organizações, que correlacionam o consumo excessivo de açúcares simples e o excesso de peso, associando este ao aparecimento e desenvolvimento de doenças crónicas como a obesidade e a diabetes. De igual forma são mais que variadas as evidências da correlação do excesso do consumo de sal com doenças cardiovasculares, que são nacionalmente informações preocupantes. Realidades comumente reconhecidas, assim como a evidência de que os

hábitos alimentares inadequados são dos principais fatores de risco para a perda de padrões de saúde na população mundial e concretamente na portuguesa.

Comparando os gastos de Portugal destinados à saúde com os mais variados estudos relativos a diferentes dados de saúde das populações, podemos assim aferir que estamos no ponto em que claramente são necessárias medidas diferenciadoras para obter resultados diferentes.

Neste início de 2017, entrou em vigor uma taxa sobre os refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas com açúcar adicionado, objetivando-se uma redução no consumo deste tipo de produtos e conseqüentemente melhorando indicadores de saúde. Será a aplicação de uma taxa, per si, um eficaz redutor do consumo e, neste caso em concreto, um promotor de saúde?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende que uma taxa destas pode ajudar a diminuir gastos, cortar nos cuidados de saúde e aumentar as receitas para investir nos serviços de saúde. Concluindo a OMS que “a evidência mostra que uma taxa de 20% sobre bebidas açucaradas pode levar a uma redução do consumo na ordem dos 20%, prevenindo a obesidade e a diabetes”, tal como espelhado no documento “*Taxes on sugary drinks: Why do it?*”, WHO 2015.

Contudo, de forma isolada poderá uma taxa não ser amplamente eficaz. Se esta taxa, enquanto medida, for aplicada, em paralelo, com medidas de educação e aumento da literacia alimentar e nutricional, dirigidas à população, complementa-se o comprometimento do consumidor, assim como da indústria agroalimentar que poderá proativamente alterar e adequar produtos às exigências atuais. 

